



Soldados neutralizam civis durante a ocupação do palácio de La Moneda, no golpe contra Salvador Allende: ao reprogramarem os delicados equilíbrios da democracia, os chilenos antepuseram o esquecimento ao perdão

Acerto de contas com o futuro

CLÓVIS MARQUES

No encerramento de um simpósio de revisão da Inquisição, o papa João Paulo II conclamou há uma semana povos e governos a se mirarem no exemplo da Igreja Católica. "No limiar do Terceiro Milênio, é legítimo esperar que os dirigentes políticos e os povos, sobretudo aqueles envolvidos em dramáticos conflitos alimentados pelo ódio e a recordação de feridas não raro antigas, se deixem guiar pelo espírito do perdão e da reconciliação testemunhado pela Igreja e se esforcem para resolver os contrastes através de um diálogo leal e aberto."

Não foi a primeira vez em que o papa exprimiu vontade de rever erros do passado. Nem é ele o único que o vem fazendo nos últimos anos. Diferentes explicações são ventiladas para a onda de pedidos de desculpas, de gestos de reconciliação e reaproximação que têm marcado, basicamente, os anos 90. Bem mais cedo, é verdade, a Alemanha começou a

se penitenciar pelos horrores do nazismo. Mas só em 1991 o polonês Lech Walesa desculpou-se na tribuna do parlamento israelense pelo mal feito por seus concidadãos aos judeus na Segunda Guerra Mundial; e só em 1993 um primeiro-ministro japonês - não por acaso Morihiro Hosokawa, o primeiro chefe de governo que em Tóquio não pertencia ao Partido Liberal Democrático que domina a política do país desde o fim da guerra - reconheceu que o Japão praticou uma guerra de invasão na Ásia entre 1937 e 1945.

No contexto - Por que tanto arrependimento? Uns consideram que é, mais uma vez, o milenarismo: a aproximação da mudança do milênio, que da última vez, numa Europa ainda mergulhada em trevas, desencadeou uma onda de construção de igrejas. Outros lembram o cinquentenário do fim da Segunda Guerra Mundial e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, deflagrador de exames de consciência. Há também quem veja mera estratégia de marketing político nes-

sa multiplicação de pedidos de desculpas, ou os que assinalam a espécie de *facilitário* moral e ideológico que eles podem representar para políticos em busca de voto.

Escrevendo há um ano no diário romano *La Repubblica*, o editorialista Giorgio Bocca foi mais longe, denunciando o risco de separar episódios dramáticos e culposos de seu contexto histórico. Para ele, é tão pouco condutor a verdadeiros compromissos com o futuro diabolizar acriticamente o comunismo, para denunciar os crimes em nome dele cometidos, quanto ver nos pedidos de desculpas do papa face ao anti-semitismo uma confissão de pecado mortal inexplicável e metafísico, sem relação com as condições políticas, sociais e culturais muito concretas do anti-semitismo ao longo da história.

No diário alemão *Die Zeit*, Marion Gräfin Dönhof tentou entender a mudança de estado de ânimo dos franceses em relação a seu próprio comportamento durante a última guerra. A França atravessou olímpicamente as déca-

das posteriores, julgando-se titular de uma espécie de isenção ética: era um país ocupado e aliado ao *lado bom* da guerra. Só no ano passado, levando ao banco dos réus Maurice Papon - um funcionário do regime colaboracionista de Vichy que executava a política de genocídio contra judeus, e que chegou a ministro de Estado nos anos 70 -, é que o ponto de vista de muitos franceses terá sofrido uma inflexão importante.

"Pode a verdade ser uma contingência da época?", pergunta a articulista de *Die Zeit*. "Será ela efetivamente a verdade? Ou só existiriam verdades subjetivas?"

Borracha - Uma coisa parece merecer consenso. O sentido da atitude de uma comunidade - quase sempre nacional - em relação ao passado está na maneira como lhe permite viver o presente e encarar o futuro. Por isto o debate sobre a detenção e, quem sabe, o julgamento de Augusto Pinochet é tão interessante. Ele põe na mesa duas concepções opostas do trato com o

passado problemático. De um lado, a que prevalece na América Latina, onde a tendência tem sido passar uma elegante borracha no passado - como a Espanha fez a partir de 1975, ao selar seu pacto de democratização - em nome da reconciliação e da delicadeza dos equilíbrios democráticos recém-conquistados. "A paz se alimenta do medo da violência, mas também do perdão e sobretudo da esperança: trata-se sempre de um projeto de futuro, e não de uma revisão revanchista do passado", escreve Emilio Lamo de Espinosa em *El País*, defendendo as vantagens do esquecimento sobre as do perdão no caso espanhol. Do outro lado estão os que estão convencidos de que o entendimento até as últimas consequências dos atos históricos é uma forma de engajamento intelectual, e que sufocá-lo pode ser uma atitude de opressão, como no stalinismo, ou de desconfiança na própria capacidade de entender e, só então, perdoar.

"O PASSADO NÃO ACABOU" (William Faulkner)

Fotos de arquivo

UPI - Varsóvia, 7/12/70

AP - 3/91



DEZEMBRO DE 1970: O chanceler alemão-ocidental Willy Brandt ajoelha-se contrito diante do monumento às vítimas do gueto de Varsóvia, durante visita oficial à Polônia.

MAIO DE 1985: No quadragésimo aniversário da capitulação alemã, o presidente da Alemanha Ocidental, Richard von Weizsäcker, declara: "Nós, alemães, devemos assumir a responsabilidade pelos crimes cometidos em nome da Alemanha."



1988: O governo americano (Ronald Reagan) pede desculpas e começa processo de indenização de milhares de cidadãos de origem japonesa levados de países sul-americanos para campos de concentração na Califórnia, durante a guerra com o Japão.

AGOSTO DE 1993: O primeiro-ministro do Japão, Morihiro Hosokawa, reconhece que seu país praticou uma guerra de invasões na Ásia entre 1937 e 1945.

DEZEMBRO DE 1991: Uma Comissão da Verdade é criada em El Salvador, no contexto de um acordo entre o governo e a guerrilha, para promover a pacificação do país, recomendando a destituição de 102 chefes militares.

ABRIL DE 1995: O ex-secretário americano da Defesa, Robert McNamara, que estivera no cargo no auge da guerra contra o Vietnã, diz num livro que a guerra poderia e deve-



Willy Brandt ajoelhado no gueto de Varsóvia (no centro); na extrema esquerda: americanos de origem japonesa concentrados na Califórnia e o menino sobrevivente de um ataque japonês em Xangai; acima: o isolamento dos negros no apartheid sul-africano; ao lado: Robert McNamara e seu antigo inimigo, o general Nguen Giap

ria ter sido evitada: "Cometemos um erro terrível", escreve.

JULHO DE 1995: O presidente da França, Jacques Chirac, reconhece pela primeira vez a responsabilidade do Estado francês na deportação de judeus para a Alemanha nazista, até então negada por seus antecessores.

AGOSTO DE 1995: O primeiro-ministro japonês Tomiichi Murayama expressa seu "profundo remorso" e suas condolências

aos asiáticos que sofreram a colonização ou a invasão de seus países pelo exército japonês durante a Segunda Guerra Mundial.

DEZEMBRO DE 1995: Começa a funcionar a Comissão Verdade e Reconciliação, destinada a conceder anistia na África do Sul àqueles que colaborassem com suas investigações sobre os crimes cometidos durante o regime de segregação racial do apartheid.